

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1083 - 01/10/2018

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

ESTATUTO

**CAR@S CONSELHEIR@S:
OUÇAM A VOZ DA
COMUNIDADE
E MUDEM O PRAZO DE
DELIBERAÇÃO DAS PROPOSTAS
PARA JUNHO DE 2019.
NÃO ACEITEM
O PAPEL DE COVEIR@S
DA NOSSA UNIVERSIDADE.**

LULA LIVRE!

FORA TEMER! ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FORA A INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Professores, funcionários e estudantes: Todos contra a proposta do Conselho da Fundasp

APROPUC e AFAPUC propõem estatuinte com mais prazo para discussão

Nas duas sessões da audiência pública do Consun realizadas no dia 25/9, no TUCA, professores, funcionários e estudantes foram unânimes ao rejeitar a proposta de mudança de estatutos sugerida pelo Conselho Superior da Fundasp. A maioria das intervenções encaminhava para o adiamento das discussões até junho de 2019, com a posterior instalação de um processo estatuinte.

A mesa coordenadora dos debates foi formada pelos integrantes do Grupo de Trabalho do Consun encarregado de sistematizar as propostas, o vice-reitor Fernando de Almeida, presidente da Comissão, Madalena Peixoto, diretora da Faculdade de Educação e Marcia Almeida Batista, diretora da Faculdade de Ciências Humanas da Saúde.

No início a reitora Maria Amalia Andrey explicou o caráter da escuta à comunidade para a análise da "proposta de trabalho" enviada pelo Conselho Superior da Fundasp ao Conselho Universitário.

PRONUNCIAMENTO DA APROPUC

Tanto no período da



Acima a manifestação da diretoria da APROPUC, ao centro a diretora da AFAPUC Maria Helena Borges e o professor Willis Guerra, à esquerda o professor José Arbex Jr; abaixo a alegre manifestação dos estudantes, a representante do CACS e a mesa coordenadora dos debates

manhã como no período da noite coube às entidades representativas de professores e funcionários a abertura dos debates.

O presidente da APROPUC, João Batista Teixeira da Silva, leu o manifesto redigido pelas associações de professores e funcionários que já conta-

va, àquela altura, com mais de 6000 assinaturas. O manifesto já havia sido assinado por diversas entidades, movimentos sociais e personalidades do universo cultural e político.

O diretor da APROPUC Willis Santiago Guerra, leu em sua intervenção os capítulos da

Constituição que garantem às instituições de ensino autonomia financeira e pedagógica junto às suas mantenedoras. "Cessemos com as ameaças ao Direito nesta Universidade, ameaças feitas através de

continua na próxima página

continuação da página anterior

estatutos que violam a Constituição".

Em sua intervenção a professora Bia Abramides disse que desde o primeiro momento em que os professores souberam da proposta colocaram-se em movimento para rechaçar as ameaças que o documento contém. Bia relatou que fundamentalmente, ao recusarem a proposta, os docentes não se furtaram ao diálogo, propondo então o adiamento do prazo de dois meses estabelecido por D. Odilo, culminando, em junho de 2019 com a formação de um processo estatuinte.

À noite, o professor Urbano Nobre do departamento de Jornalismo, e também diretor da entidade, lembrou a importância da autonomia universitária através das decisões da Conferência de Córdoba, de 1918, que serviu de referência para todas as universidades latino-americanas. E as propostas encaminhadas pela Fundasp que rompem violentamente com esse legado histórico.

AFAPUC

Nos dois períodos a Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP, AFAPUC, na palavra de seus diretores Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Soares Borges, leu o manifesto, da entidade, que colocava o repúdio da categoria ao texto apresentado pelo Conselho da Fundasp. O texto informava que os funcionários declararam-se em assembleia permanente para discutir as alterações que os administrativos querem ver implantadas na universidade. Entre os possíveis prejuízos aos funcionários, a proposta do

Conselho diminui a participação administrativa nos órgãos colegiados, estimula a terceirização e a pejetização de seus serviços.

A AFAPUC, a exemplo da APROPUC, também encaminhou para o alongamento do prazo para discussão e o início de um processo estatuinte.

A pós as manifestações das entidades, nos dois debates foi aberta a palavra aos Centros Acadêmicos, que se posicionaram frontalmente contra a proposta.

O CACS afirmou que "não iremos abrir mão da história de democracia na PUC-SP". Na mesma linha o CA de Teologia afirmou que "não podemos esquecer o papel democrático da PUC-SP". O CA Leão XIII, da Fea, entende que o tempo exíguo conduzia a um falso debate. O CA XXII de Agosto da Faculdade de Direito lançou a proposta de realização de um plebiscito para consultar a comunidade sobre a realização de um processo estatuinte. O CA de Psicologia disse não ver razão de se fazer um processo às pressas com propostas vindo de cima para baixo.

PROFESSORES SE MANIFESTAM

Vários professores apresentaram suas opiniões nas duas sessões do evento, discutindo pontos específicos da proposta. Os prejuízos que podem advir do encerramento compulsório da carreira aos 75 anos foram relatados por João Batista Teixeira da Silva, presidente da APROPUC. Jason Borba e Áquilas Mendes, ambos diretores da APROPUC centraram suas falas na defesa da manutenção dos departamentos, ameaçados de extinção pela proposta do Conselho. Outra diretora da APROPUC, Regina Gadelha, afirmou

que se este estatuto passar estaremos fazendo parte de uma farsa, mesma linha de pensamento do professor Mauro Perón, da Geografia e também diretor da APROPUC. Ana Amélia também lembrou que a discussão do estatuto acontece em um contexto onde as ideias conservadoras ganham força em todo o mundo ameaçando a democracia.

O professor da FEA Rubens Sawaia afirmou que o que esta em jogo neste momento é a destruição da universidade. Silvia Pimentel, da Faculdade de Direito narrou sua experiência de mais de 40 anos de universidade, quando trabalhou inclusive no gabinete da professora Nadir Kfourri. Para ela a ideia da estatuinte é brilhante. A professora Leslie Beloque a FEA defendeu que o Consun deve rever o prazo estipulado.

MAIS INTERVENÇÕES

Também no período noturno outros CAS se posicionaram como o CA de Medicina que entendeu como um retrocesso a proposta da Fundasp. Na mesma linha seguiram os CAS Benevides Paixão, de Jornalismo, Clarice Lispector de Letras e o CA de Relações Internacionais. O coletivo de bolsistas Da Ponte Pra Cá foi vivamente aplaudido quando um de seus participantes disse que o tempo dado pelo Cardeal, 60 dias, não dá nem para se escrever a in-

rodução de um TCC, quanto mais um estatuto.

O professor José Arbox Jr. lançou um repto ao Consun: "Os senhores têm diante de si uma opção: ou se preserva a democracia desta universidade como espaço de liberdade, ou os senhores serão os covetores da PUC-SP". Lucio Flavio Rodrigues de Almeida, da Faculdade de Ciências Sociais, afirmou que o prazo dado pelo cardeal é inexecutável, principalmente em um período eleitoral tão complexo como o que vivemos hoje. A professora Dalva Garcia, do departamento de Filosofia apresentou também o encaminhamento de incorporação por parte do grupo de Trabalho do Consun da proposta de prolongamento das discussões. A professora Maria Lucia Barroco da Faculdade de Ciências Sociais, criticou a falta de transparência na discussão da proposta de aposentadoria compulsória. O professor Antonio Carlos Mazzeo, do Serviço Social afirmou que os presentes rechaçaram o estatuto proposto por que ele representa a autocracia brasileira, 500 anos de latifúndio e escravidão.

Um grupo de alunos fez uma intervenção com máscaras e faixas que satirizava o cardeal D. Odilo Scherer.

Na próxima quarta-feira, 3/10, o Consun se reúne em caráter extraordinário para analisar as propostas enviadas ao Grupo de Trabalho.

**ASSINE O MANIFESTO EM
DEFESA DA PUC-SP**

<https://bit.ly/2NK7nwi>

Atacar a Autonomia Universitária é atacar a Cidadania e a Dignidade Humana: O (o) caso da PUC-SP

Willis Santiago Guerra Filho

A recente proposta de reforma estatutária que se vem de pôr (ou impor) para que discutamos na PUC-SP seria impensável em um país com uma constituição nos moldes da nossa, se ela não fosse tão vilipendiada como tem sido entre nós, a começar - e terminar - por aqueles da mais alta magistratura, encarregados de protegê-la e realizá-la. Para bem compreender o que se vem de afirmar, é preciso relembrarmos o significado da autonomia universitária, enquanto uma garantia constitucional. E também o que caracteriza este molde ou modelo constitucional adotado por esta nossa Constituição, que em um mês completará três décadas de uma existência bastante precária, se considerarmos que em tal modelo o que conta acima de tudo é que o texto constitucional se traduza em transformação do seu contexto social. Começando por este segundo ponto, vale destacar, primeiramente, que em tal modelo constitucional o cidadão e sua dignidade têm a primazia em relação aos poderes estatais e sociais, que deveriam ser postos a serviço da manutenção e desenvolvimento da existência digna dos cidadãos. Eis que o princípio da dignidade humana, por nós consagrado em 1988 como princípio constitucional fundamental, já no primeiro artigo da Cons-

tituição, se afirma como vetor principal de construção, interpretação e realização de toda ela, se desdobrando em uma série de direitos e garantias fundamentais, de natureza individual, coletiva e social. Aqui vale destacar, como outra nota característica do modelo constitucional que adotamos, a ênfase no aspecto garantístico de tais direitos, pois a história nos ensinou, a duras penas, que não basta afirmá-los sem que se disponha de meios para protegê-los e efetivá-los, o que depende fundamentalmente de instituições. E estas instituições, para bem proteger os direitos constitucionais, precisam ser igualmente protegidas, donde se afirmar a figura das garantias institucionais.

Ora, a autonomia universitária é justamente uma dessas garantias institucionais, sem a qual não haveria, propriamente, esta instituição da qual depende a realização de tantos direitos e garantias fundamentais, como é a Universidade. Isso porque sem Instituições de Ensino Superior que gozem de plena autonomia, em sentido político, didático-pedagógico ou acadêmico, como também administrativo e financeiro, aspectos indissociáveis (v. art. 207 da nossa Constituição da República), não é possível garantir direitos fundamentais dos cidadãos como aquele ao pleno desenvolvimento de sua personalidade, galgando os

mais altos níveis de educação, como também a liberdade de cátedra para que outros, tendo lá chegado, lhes propiciem tal aprendizado, resultando também em pesquisas que tragam as necessárias inovações culturais, científicas e tecnológicas, para o desenvolvimento também da nação. De se notar, portanto, é que assim como são indissociáveis os diversos aspectos da autonomia universitária, dela também são indissociáveis os direitos da cidadania e os princípios fundamentais da República. E não se venha alegar que há qualquer empecilho a que se exija o respeito à autonomia universitária por parte de Instituições privadas, pois de um lado há que se reconhecer que, em nosso modelo constitucional, sendo a educação até nos mais altos níveis um direito fundamental, é dever do Estado atendê-lo, e caso não tenha meios financeiros para garantir isso na extensão necessária, admite-se a delegação a particulares desta função pública, mantendo o poder público a prerrogativa de controlar sua execução, pois a natureza do ensino é, sempre, pública!

De outro lado, há o que se reconhece em direito constitucional contemporâneo, desde um pronunciamento histórico da Corte Constitucional Federal alemã, que este ano completa seis décadas, o caso Lüth,

como sendo a eficácia reflexa, horizontal ou entre particulares dos direitos fundamentais, cujo respeito não seria devido apenas pelo poder estatal, mas também por aqueles outros poderes, sociais e de um modo geral, inclusive, portanto, no âmbito das relações privadas: eis, aliás, um dos aspectos centrais deste modelo constitucional que adotamos e que passa a se delinear justamente tendo como principal mola propulsora os esforços de países como a Alemanha, para superar as distorções ocasionadas no direito (e pelo direito, indevidamente entendido) no período imediatamente anterior, em que vigorou um estado de exceção tolerado à luz da constituição. E neste ponto é que se pode à maravilha introduzir a situação da PUC-SP. É que agora se trata de introduzir reformas em um Estatuto da Universidade que já se impôs em uma situação de exceção, justificada, tal como se justificou aquela na Alemanha no período de entreguerras, por razões de ordem econômica, por haver uma grave crise financeira a justificar a intervenção excepcional da mantenedora, subtraindo o aspecto financeiro da autonomia dos gestores da Universidade, restando assim também mitigados os demais aspectos da auto-

continua na próxima página

continuação da página anterior

mia universitária, especialmente aquele administrativo, mas também o acadêmico, por serem todos, como vimos, indissociáveis. Tal reforma estatutária foi consagrada em 2008, na sequência de medidas violadoras de direitos fundamentais de várias centenas de trabalhadores da Universidade, em 2006, apenas em parte reparadas pela via judicial, pois com a demora habitual em se obter respostas por esta via, di-

versos pereceram no meio-tempo ou simplesmente não tiveram ânimo para resistir a tamanha afronta à sua dignidade. Para os que foram poupados de demissão, restou enfrentar condições de trabalho maximizadas e em estado de terror. A reforma de então se apresentou como provisória, para debelar a crise econômica, e eis que tendo tal crise sido debelada, com um alto custo humano, vem agora uma proposta para discussão em um curtíssimo espaço de tempo, em momento de grave pre-

ocupação nacional, proposta que em sendo aprovada, minimamente que seja, não só consolidaria o provisório como aprofundaria de maneira absolutamente inaceitável a destruição da autonomia universitária, em todos os seus aspectos, principalmente aquele acadêmico, resultando, portanto, no fim de uma Universidade digna de ser assim denominada, sendo que se trata de uma das melhores universidades deste País, com uma contribuição para sua história política sem igual. Daí que

só nos resta dizer e fazer, diante de tal afronta, como aqueles heroicos espanhóis: ¡No pasarán!

Willis Santiago Guerra Filho
Doutor em Ciência do Direito pela Universidade de Bielefeld, Alemanha. Professor Titular de Direito Processual Constitucional lotado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Permanente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da PUC-SP. Diretor da Associação de Professores da PUC-SP (APROPUC).

APROPUC organiza debate com candidatos do campo da esquerda

Na quinta-feira, 27/09, no auditório 239, aconteceu o debate com os partidos do campo da esquerda. Promovido pela APROPUC, o evento contou com representantes de cada partido da esquerda brasileira.

Mediado pela Profa. Beatriz Abramides, a mesa foi composta por Mancha do PSTU, Walter Sorrentino do PCdoB, Jorge Venancio PPL, Máira Machado do MRT, Erson Martins de Oliveira do POR, Odair Furtado (representando a professora Ana Bock) do PT, Mauricio Parisi do PCB e Sâmia Bomfim do PSOL.

Cada participante teve 10 minutos para mostrar a posição do partido e suas propostas para as próximas eleições. Mancha do PSTU abriu o debate se posicionando, assim como o resto da mesa, contra o fascismo, acreditando que a união dos trabalhadores é fundamental para a revolução socialista e um meio de enfrentar a retirada dos direitos.

Walter Sorrentino do PCdoB começou sua fala lembrando as tragédias políticas brasileira contra a democracia como o golpe de 2016. Ele acredita que há um chamado para todas as candidaturas da esquerda e progressistas contra a ameaça da democracia.

Jorge Venancio do PPL de-



A mesa do debate que reuniu representantes de partidos da esquerda

fende que a questão chave seria a melhoria dos salários dos trabalhadores para progredir economicamente, já que o salário mínimo do brasileiro é um dos mais baixos da América Latina.

Máira Machado do MRT apresentou propostas que envolvem o não pagamento da dívida pública; exigir igualdade salarial entre homens e mulheres, negros e brancos; exigir a efetivação de todos os terceirizados sem a necessidade do concurso público; estatização de todas as empresas que foram privatizadas; exigir uma reforma agrária radical e a demarcação das terras indígenas; a

revogação de todas as reformas contra a classe trabalhadora feitas por Temer; exigir o direito do aborto legal seguro e gratuito.

Erson Martins do POR, que defendeu o voto nulo, enfatizando que as eleições são antidemocrática e que é um campo da política burguesa e não operária.

Odair Furtado do PT contou a história da origem do partido dos trabalhadores onde ressaltou a única e primeira crise do partido. Ele acredita que a resposta para um país melhor virá do campo popular.

Mauricio Parisi do PCB iniciou sua fala ressaltando o golpe

de classe que o Brasil sofreu. Ele afirma que devemos retomar os processos que foram feitos, a forma de oposição aos setores majoritários de esquerda, e começar e entender a nova direita.

Sâmia Bomfim do PSOL também mostrou as propostas do partido entre elas questionar a dívida pública; propor um novo modelo de tributação no país; criar um novo modelo de desenvolvimento econômico que gere emprego e renda que possibilite o combate às diferentes formas de opressão contra as mulheres, LGBTS, negras e negros.

Estudantes farão ato em frente à Fundasp

Na quarta-feira, 26/09, na Prainha, aconteceu mais uma assembleia dos estudantes.

Com o microfone aberto, foi ressaltada nas falas a audiência pública no TUCA do dia 27/09, que para muitos teve um balaço positivo.

"A questão não é só a mudança do estatuto em si, a questão é que a gente quer fazer isso com o maior diálogo possível." Disse Julia Forbes do jornalismo. Também foi discutido o posicionamento dos estudantes da PUC-SP no ato contra o Bolsonaro, no dia 29/04, para isso foi criado um grupo no Facebook chamado "PUC CONTRA BOLSONARO" com a finalidade de reunir a comunidade puquiã para o ato.



STHEFANE MATTOS

Estudantes se reúnem na Prainha

Principais decisões da assembleia discente

- ✓ Estender o debate para o primeiro semestre de 2019
- ✓ Participar do ato contra Jair Bolsonaro no dia 29/09, no largo da batata
- ✓ Ato no dia 5/10 que sairá da prainha e irá até a FUNDASP
- ✓ Oficina de materiais (criação de cartazes) no dia 4/10
- ✓ Chamar as atléticas e baterias para o ato do dia 5/10
- ✓ Escrever uma carta para ser lida no Consun do dia 3/10 e no ato do dia 5/10
- ✓ Assembleia geral 9/10

O brincar e seus espaços: a importância da Brinquedoteca da PUC/SP

Nos últimos vinte anos, com os avanços, principalmente dos estudos em relação à educação infantil no Brasil, a atividade lúdica vem sendo discutida entre educadores, médicos, artistas plásticos, arquitetos, além de outros segmentos da sociedade, que têm apontado a sua relevância para o desenvolvimento humano. Sua prática remonta aos primórdios da civilização e, a princípio, era realizada por adultos e crianças como forma de aprendizagem, porque não haviam escolas e, como uma maneira de garantir a perpetuação do grupo.

Como processo de aprendizagem, através do brincar as crianças conheciam o entorno se socializavam, aprendiam, se desenvolviam e se inseriam na cultura do seu tempo.

Considerada importante por uns e menosprezada por outros a brincadeira, especialmente na infância, tem se mostrado, através de inúmeras pesquisas, como um elemento importantíssimo para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Contudo os pequenos hoje em dia têm menos tempo e espaço para brincar. As tarefas escolares se impõem a eles, uma vez que os pais têm como objetivo o sucesso no vestibular. Assim, apesar da sua relevância ele é sempre preterido em função das atividades acadêmicas entre outras.

Em cursos de formação de docentes, especialmente nos que se referem à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental a prática da brincadeira e a criação de espaços para tal mister deveriam ser obrigatórios, porque brincar é uma atividade universal e através dela é possível entender melhor o desenvolvimento da criança, as maneiras pelas quais aprende, conhecer seus problemas e auxiliá-la na busca de soluções, no exercício de papéis sociais e na aquisição de conhecimentos. Tais espaços contribuiriam muito para que os profissionais pudessem confeccionar materiais para seus alunos, entendessem o significado e o valor do brincar para os pequenos e, ainda, observar, descobrir e experimentar diferentes

formas de brincar transformando a atividade lúdica em um objeto de estudo. No entanto, é preciso que, para isso, o local seja adequado e salubre, oferecendo a infraestrutura necessária para todos os que dele se utilizam, crianças, educadores e demais profissionais especializados, pais e administradores, sem o que não passará de um triste depósito de brinquedos.

A PUCSP tem um desses espaços que é referência nacional e internacional que precisa ser urgentemente revitalizado, porque é um laboratório importantíssimo para o aprendizado dos alunos de Pedagogia, para o atendimento e observação de crianças, para a formação de profissionais, para a divulgação e a conscientização da sociedade sobre o valor da brincadeira enquanto atividade fundamental do ser humano. A importância da Brinquedoteca transcende os muros da Universidade. É um importante polo de encontro para a comunidade; é um espaço exclusivo para as crianças que, muitas vezes, são esquecidas no planejamento de

espaços públicos além de ser fonte de informações para os meios de comunicação.

Sua estrutura precisa ser revista e melhorada, porque é um espaço onde as crianças poderiam brincar livremente, os estudantes realizarem suas observações, colocando em prática os conhecimentos aprendidos e aprofundarem suas pesquisas. Por isso é de suma importância a manutenção da brinquedoteca e a sua revitalização!!!! Uma possível extinção põe em questão qual a educação que realmente queremos para o século XXI, prejudicando a formação dos futuros profissionais da educação que hoje recebem o diploma com a certeza da importância do seu papel na formação de cidadãos conscientes, comprometidos, conhecedores do seu potencial de transformação, buscando contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária na qual a criança goze do direito de ter infância, portanto do direito de brincar.

Alunas(os) de Pedagogia

MOVIMENTOS SOCIAIS

Mulheres organizam ato contra Bolsonaro

Ao fecharmos esta edição diversos grupos feministas organizavam um grande ato contra a candidatura conservadora de Jair Bolsonaro. O ato estava programado para acontecer em diversas capitais brasileira e em 10 países por todo o mundo. O apoio de artistas, intelectuais políticos aconteceu durante toda a semana. O movimento ganhou as redes sociais após a criação de um grupo no Facebook que já conta com mais de 2 milhões de integrantes.

A campanha de Bolsonaro vem se notabilizando pelo ataque às mulheres, negros, quilombolas e indígenas. Suas atitudes, de caráter eminentemente fascista, vêm causando grande re-



Cartaz colocado na sede APROPUC

ação entre os grupos feministas que criaram a hashtag #elenão, que já tomou conta de toda cidade. Uma das administradoras do "Mulheres Unidas contra o Bolsonaro", Maria Tuca Santiago foi agredida por dois homens armados, na noite da segunda-feira 24 no Rio de Janeiro.

Na PUC-SP vários coletivos feministas se organizaram para a participação no ato. A assembleia estudantil deliberou pela ida ao Largo da Batata. A APROPUC também aderiu ao movimento, distribuindo adesivos e espalhando faixas pelo campus contra o candidato.

Greve geral paralisa a Argentina

Na terça-feira, 25/9, uma greve geral paralisou a Argentina, afetando aeroportos, serviços de transporte, educação bancos e coleta de lixo. Os trabalhadores argentinos deflagraram o movimento contra a política econômica do presidente Mauricio Macri que vem impondo à população daquele país medidas recessivas. Dezenas de cidades tiveram seus serviços básicos paralisados e o movimento foi considerado um sucesso pela direção da Confederação Geral do Trabalho argentina.

Da mesma forma que no Brasil, a Argentina acumula uma dívida pública monstruosa. O governo

argentino, a fim de continuar pagando religiosamente essa dívida, aceita as medidas impostas pelo FMI e pretende descarregar a crise sobre as costas dos trabalhadores.

A revolta da população tem se tornado latente nos últimos anos explodindo em uma série de greves e manifestações por todo país. A esquerda vem se mobilizando e os movimentos que se posicionam de maneira mais radical contra o governo Macri sofrem dura repressão por parte da polícia. É o caso do principal representante da esquerda combativa, Nicolas Del Cano, que vem sofrendo duras ameaças de morte por sua atu-

ação nos movimentos de protesto. Na semana passada denunciemos a prisão arbitrária de Daniel Ruiz da direção do PSTU Argentino e da Liga Internacional dos Trabalhadores que foi preso em 12/9 como parte do processo de perseguição à Sebastián Romero pela sua participação na luta dos trabalhadores argentinos contra a reforma da previdência em 18 de dezembro de 2017.

A greve geral desta semana calou fundo no governo entreguista de Macri que teve o pedido de demissão de seu ministro Luis Caputo, segundo chefe do Banco Central da Argentina a renunciar em quatro meses.

Governo quer retomar reforma da Previdência após eleição

O governo de Michel Temer prepara mais um golpe contra os trabalhadores: na terça-feira 25/9, o presidente afirmou que poderia interromper provisoriamente ou definitivamente a intervenção federal na segurança pública no Rio para votar a reforma da Previdência ainda em 2018.

Assim, após as eleições, o Congresso entreguista poderia votar, a toque de caixa, o pacote de ameaças contra a classe trabalhadora. Livres de seus compromissos com os eleitores os deputados e senadores poderiam aprovar mais este golpe.

Novamente devem voltar à tona ameaças como aumento do limite de idade para a aposentadoria, que gerou grande disensão no primeiro semestre deste ano.

TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Outro ataque do governo federal aos trabalhadores vem agora do lado da terceirização: menos de um mês depois do Supremo Tribunal Federal considerar legal a contratação de terceirizados para as atividades-fim de uma empresa, Temer emitiu um decreto para regulamentar o procedimento no serviço público.

A nova norma libera amplamente a terceirização em todas as áreas da união, abrindo caminho para a precarização ainda maior de nossos serviços.

ROLA NA RAMPA

Projeto Quinta tem Praia traz Max Gonzaga



O cantor e compositor Max Gonzaga apresentou na quinta-feira, 27/9, no Projeto Quinta tem Praia, da AFAPUC. Max apresentou na Prainha do campus Monte Alegre algumas das canções que

marcaram a sua carreira. O projeto é uma das atividades comemorativas dos 40 anos de AFAPUC e terá prosseguimento na quinta-feira, 11/10, às 13h, com o compositor Marcio Policastro.

Evento discute Marx e a sociedade moderna

Por iniciativa dos professores Antonio Rago Filho e Claudinei de Cássio Rezende a PUC-SP receberá o professor Michael Heinrich, no dia 3/10, no auditório 117-A às 19hs, que debaterá Marx e o nascimento da Sociedad Mo-

derna. Considerado um dos maiores especialistas do mundo na vida e obra de Marx, Michael é professor de economia na University of Applied Sciences, em Berlim e editor do Prokla, revista de ciência social crítica.

Veja no Facebook da APROPUC os eventos da PUC-SP

A página do Facebook da APROPUC está apresentando o que de melhor acontece na PUC-SP em matéria de eventos. Na semana passada a página transmitiu as duas sessões da audiência

pública, assembleias e debates entre os candidatos. Os links permanecem à disposição dos interessados para posterior visualização. Acesse <https://www.facebook.com/apropuc/>

Artistas continuam expondo no térreo do Prédio Novo

A Exposição Sustentável continua na próxima semana no saguão do térreo do Prédio Novo. A mostra junta artistas de todo país que expõem seus trabalhos nos mais diferentes suportes. A pro-

dução do evento é do artista plástico Augustinho das Neves e a curadoria de Luiz Carlos Quagliotti e Fernando Tadeu, com o apoio da APROPUC e da Pro Reitoria de Relações Comunitárias.

Semana aborda o papel do ensino da Economia

A XVI Semana de Economia e o XXXIII Encontro ANGE que o Departamento de Economia e o Programa de Pós em Economia Política, realizarão entre os dias 01 a 05 de outubro próximo, terão como tema geral "Há futuro para o Brasil?: O papel do Ensino de Economia". O evento conta com a presença de pesquisadores da comunidade acadêmica de diferentes universidades nacionais que debatem temas atuais e polêmicos através de palestras, minicursos e apresentações de pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente e discente da pós-graduação e graduação (monografias e IC), bem como com lançamento de livros.

Entre as atividades destacam-se o debate de abertura: Economistas dos Presidenciais, com a presença de Nelson Marconi (FGV-SP), Marco Antonio Rocha (UNICAMP), Guilherme Mello (UNICAMP), Diogo Costa e mediação de Antonio Correa de Lacerda diretor da Faculdade de Economia e Administração (PUC-SP), a ser realizado no dia 01/10 (segunda-feira) às 19h30 no auditório 333.

Maiores informações podem ser obtidas em Site: <https://www.pucsp.br/xxxiii-congresso-da-ange-xvi-semana-de-economia-da-puc-sp> Facebook - Evento XXXIII Congresso da ANGE e XVI Semana de Economia: <https://www.facebook.com/events/482141818968247/>

África em debate na Semana de História

Na quinta-feira, 20/09, no auditório 117-A, aconteceu a mesa "África, Áfricas: caminhos em construção", que faz parte da XVII Semana de História da PUC-SP.

Coordenado pela Profa. Dra. Maria Antonieta Antonacci (PUC-SP/CECAFRO) e o Prof. Dr. Amailton Magno de Azevedo (PUC-SP), a mesa teve a presença do Prof. Dr. Da-

nilo Marques (PUC-SP/UNIFAI) e a Profa. Dra. Nirleene Napomuceno (UNIFAI). Foram debatidos pela noite: a diversidade do continente; cultura de expressão africana; América Latina; 130 anos abolição; resistência escrava; abismo entre africanos e nativos; cultura africana e diáspora; animismo/fetichismo e o renascimento africano no plano da arte.



Da esquerda para a direita professor Amailton Magno de Azevedo, Danilo Marques e Nirleene Nepomuceno